



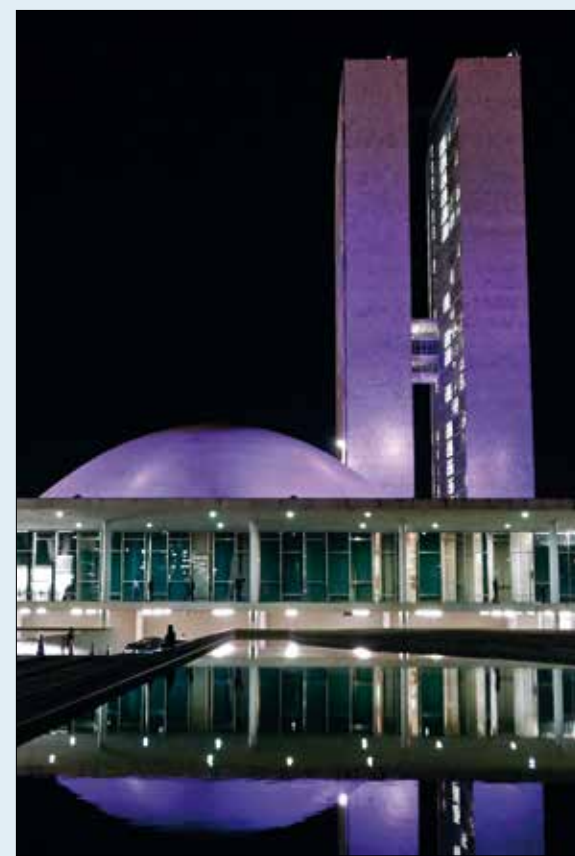
Vai para Plenário proposta que impõe isenção a juiz eleitoral

Pela PEC, aprovada ontem na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, pessoas com filiação partidária só poderão se tornar juizes no mínimo 2 anos após desligamento da sigla

A Comissão de Constituição e Justiça aprovou ontem proposta de emenda à Constituição que proíbe que membros da Justiça Eleitoral se filiem a partidos políticos nos dois anos anteriores à posse no cargo ou ao início do exercício da função. A proposta segue agora para o Plenário, onde será votada em dois

turnos. Para ser aprovada, a PEC deve ter o voto favorável de três quintos dos senadores.

O autor da proposta, senador Flexa Ribeiro, afirma que hoje há desconfiança sobre juizes eleitorais que já atuaram como representantes de partidos políticos. Para ele, é preciso garantir a imparcialidade nos julgamentos. **3**



Roque de Sá/Agência Senado

Até o fim do mês, o prédio do Congresso ficará iluminado com a cor violeta em homenagem ao Dia Nacional do Perdão, celebrado no dia 31. A data, que é parte do Movimento Agosto Violeta, foi instituída pela Lei 13.437/2017, em referência ao assassinato, em 1997, do filho da deputada Keiko Ota.

Aprovados nomes para o Conselho do Ministério Público 4

Líderes definirão pauta prioritária da segurança pública 5

Confirmado novo embaixador do Brasil no México 4

Senadores questionam ações do Ministério da Saúde

Em audiência na Comissão de Assuntos Sociais, o ministro da Saúde, Ricardo Barros, ouviu reclamações de senadores sobre o fechamento de farmácias populares e a transferência para o Paraná de parte da Empresa Brasileira de Hemoderivados, que hoje funciona em Pernambuco. Barros disse que a pasta busca melhor gestão para driblar a falta de recursos. **8**



Marcos Oliveira/Agência Senado

Marta Suplicy preside audiência, ao lado de Ricardo Barros e Ronaldo Caiado

Projeto facilita guarda provisória em adoções

A Comissão de Direitos Humanos aprovou ontem projeto de Aécio Neves que estende a validade da guarda provisória de crianças em processo de adoção. Pelo texto, a guarda, que hoje tem prazo determinado e precisa ser renovada, valerá até sair a sentença. **6**

Amazônia Ocidental poderá ter produto isento de imposto

Projeto que estende a isenção do IPI aos produtos elaborados na Amazônia Ocidental a partir de matérias-primas de diversos setores, como mineração e reciclagem, foi aprovado na Comissão de Desenvolvimento Regional e segue para a de Assuntos Econômicos. **7**

Eunício comemora cinco novas faculdades de medicina no Ceará

O presidente do Senado, Eunício Oliveira, anunciou ontem que o Ministério da Educação autorizou cinco novas faculdades de medicina no Ceará. Ele destacou a

importância da educação para o estado e a espera de mais de dez anos pelos cursos. As instituições serão sedeadas em Igatu, Quixadá, Crateús, Itapipoca e Russas. **2**



Waldemir Barreto/Agência Senado

Eunício agradece à bancada do Ceará no Congresso ajuda na negociação



Roque de Sá/Agência Senado

Roberto Rocha, relator da CPI, ao lado de Alcolumbre, João Alberto e Petecão

Instalada a CPI do BNDES, que vai investigar empréstimos do banco

Foi instalada ontem no Senado a CPI do BNDES, que investigará denúncias de irregularidades em empréstimos concedidos pelo banco para internacionalização de empresas.

O colegiado será presidido por Davi Alcolumbre e

terá Sérgio Petecão como vice. O relator será Roberto Rocha — o senador foi quem propôs a criação da comissão parlamentar de inquérito.

Na semana que vem, a CPI se reúne para avaliar o plano de trabalho. **4**

Avança permissão para distribuidora gerar energia 7

Violação de direito de advogado pode se tornar crime 5

Futuro da logística é tema de debate em Cuiabá 7

Adiada análise de ICMS menor para setor de aviação 3

Ceará terá mais 5 faculdades de medicina, anuncia Eunício

Presidente do Senado comemorou ontem autorização do Ministério da Educação para as novas instituições de ensino superior, que funcionarão em Iguatu, Quixadá, Crateús, Itapipoca e Russas

O PRESIDENTE DO Senado, Eunício Oliveira, anunciou em Plenário ontem que o Ministério da Educação autorizou a abertura de cinco novas faculdades de medicina no Ceará. As faculdades deverão funcionar nas cidades de Iguatu, Quixadá, Crateús, Itapipoca e Russas. Eunício afirmou que a liberação dos cursos foi uma grande vitória para o estado, que “depende tanto da educação para sobreviver”.

— Essa luta não é de hoje, é de bastante tempo. Nós conseguimos finalmente sair com mais uma vitória para o povo sofrido daquele pequeno estado, distante e seco, mas de um povo extremamente esperançoso — comemorou.

O senador lembrou que o Ceará esperou 150 anos pela transposição do Rio São Francisco e 28 anos para que o Açude Lago de Fronteiras fosse liberado. Da mesma forma, a luta pelas faculdades é de mais de dez anos. Ele aproveitou para agradecer à bancada parlamentar do Ceará pela participação ativa na briga pela autorização das



Eunício, ao lado de Cássio e Agripino, destacou espera de 10 anos por faculdades

faculdades.

— Eu quero dividir com a bancada do Ceará, com os deputados Moses Rodrigues [PMDB], Vitor Valim [PMDB] e tantos outros parlamentares que nos ajudaram nessa caminhada para que pudéssemos chegar até aqui e pudéssemos dizer para o povo do meu querido estado do Ceará que nós vamos ter em funcionamento mais cinco faculdades de medicina.

Cristovam Buarque (PPS-DF) comemorou o anúncio.

Lembrando que é cearense honorário por um título recebido da assembleia legislativa do estado, ele destacou a importância das novas faculdades para as cidades beneficiadas.

Já José Serra (PSDB-SP) se colocou à disposição para contribuir com o preparo e a organização das faculdades. Para ele, é sempre “estimulante e relevante” a associação de novas instituições com outras já existentes — como faculdades católicas, privadas ou públicas de São Paulo.

Regina Sousa critica esvaziamento de comissão

A presidente da Comissão de Direitos Humanos (CDH), senadora Regina Sousa (PT-PI), voltou a criticar ontem a demora de alguns blocos partidários em indicar membros para o colegiado. Instalada em março, a CDH ainda não conseguiu completar o total necessário de 18 titulares e 18 suplentes.

Até agora foram indicados apenas 11 titulares e 9 suplentes. Essa quantidade é insuficiente para votar os projetos terminativos, aqueles em que o colegiado tem o poder de aprovar de forma definitiva, sem necessidade de análise pelo Plenário ou por outras comissões.

Todas as oito vagas a que o Bloco Social Democrata (PSDB, PV e DEM) tem direito na CDH ainda não foram preenchidas. O PMDB também tem direito a oito vagas e precisa indicar mais dois titulares e três suplentes. Para o Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP e PSD), falta a indicação de um titular e de um suplente. Já o Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PPS, PSB, PCdoB e Rede) precisa indicar mais um suplente.

Para a presidente da comissão, a demora na indicação demonstra a falta de preocupação de alguns partidos com a questão dos direitos

humanos.

A queixa de Regina Sousa foi feita durante a apresentação do balanço das atividades da comissão no primeiro semestre. De fevereiro a julho, foram realizadas 48 reuniões, entre audiências públicas e deliberativas, e examinadas 101 proposições, a maioria requerimentos.

A senadora destacou que o colegiado deu espaço ao impacto das reformas trabalhista e da Previdência na vida dos brasileiros e à violência contra as minorias, entre outros assuntos.

— Nosso objetivo é dar voz a quem não tem, dar visibilidade aos invisíveis.

Conselho de Ética vai discutir ocupação da mesa

O presidente do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, João Alberto Souza (PMDB-MA), convocou os membros do colegiado para reunião na terça-feira. Em pauta está o sorteio de relator da Denúncia (DEN) 1/2017, contra as seis senadoras que ocuparam a mesa do Plenário durante a sessão em que foi votada a reforma trabalhista (PLC 38/2017), em julho.

A denúncia contra Ânge-

la Portela (PDT-RR), Fátima Bezerra (PT-RN), Gleisi Hoffmann (PT-PR), Lídice da Mata (PSB-BA), Regina Sousa (PT-PI) e Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) foi feita por José Medeiros (PSD-MT) com apoio de outros 14 senadores. Ao documento também foi juntado um pedido de reconsideração do caso, assinado por 21 senadores.

Caso seja confirmada a denúncia, as penas cabíveis são

advertência e censura (verbal ou escrita). Se o conselho entender que a acusação é fundada em indícios que, se comprovados, justificariam a perda temporária do exercício do mandato ou a perda do mandato, pode converter a denúncia em representação, a ser encaminhada à Mesa da Casa.

A reunião está marcada para 15h, na sala 2 da Ala Nilo Coelho.

Professor eleito entre melhores do mundo faz palestra no Senado

Eleito um dos dez melhores professores do mundo pela 3ª Edição do Global Teacher Prize, o professor Wemerson Nogueira fará palestra no Senado no dia 14, às 15h.

O tema será “Quando os sonhos são maiores que os desafios”, em que Nogueira fala sobre sua trajetória. Ele é o primeiro brasileiro a alcançar um lugar entre os dez finalistas no prêmio, considerado o “Nobel da educação” e concedido anualmente pela Varkey Foundation.

Formado em química, especialista em educação e direitos humanos e em química orgânica, Nogueira atua como docente na educação básica do Espírito Santo desde 2012.

No ano passado, ele desenvolveu com alunos de uma escola pública de Boa Espe-

rança (ES) o Projeto Filtrando as Lágrimas do Rio Doce. O grupo criou filtros com materiais recicláveis, areia e pedra para retirar metais pesados do rio, contaminado após o rompimento de barragem da empresa Samarco, em Mariana (MG). O método deixou a água adequada para uso doméstico e agrícola.

Segundo o professor, a proposta da palestra é motivar as pessoas para que elas acreditem nas suas profissões e em seu potencial.

— Espero poder transmitir para todos um pouco da minha história, que, apesar de ser curta na educação, envolveu comunidades e pessoas que, assim como eu, acreditaram que era possível alcançar seus objetivos, independentemente das circunstâncias — disse.

Fátima protesta contra cortes de verbas da educação

Fátima Bezerra (PT-RN) afirmou ontem que, enquanto o presidente Michel Temer abre os cofres para comprar o voto de deputados e permanecer no poder, a educação sofre uma dura e austera redução de recursos.

A senadora destacou que várias associações ligadas ao ensino superior têm denunciado o descaso do governo federal com as universidades públicas e os institutos federais de educação. Para ela, o desmonte da educação começou após a retirada da ex-presidente Dilma do cargo.

— Trata-se de mais um reflexo do golpe de Estado consumado no Congresso Nacional, inclusive por este Senado.

Flexa lembra papel de paraense na criação de tribunais de contas

Ao comemorar os 70 anos do Tribunal de Contas do Pará, Flexa Ribeiro (PSDB-PA) destacou o papel do paraense Serzedello Corrêa (1858-1932) na implantação dos tribunais de contas no país.

Ele lembrou o papel imprescindível dos tribunais de contas para a boa gestão do dinheiro público e enalteceu a conduta de Serzedello Corrêa.

— Poucos políticos expressam consonância tão evidente entre os princípios que defendem, os valores que emanam e a prática política decorrente desses mesmos princípios e valores. Aqui percebemos, com toda a nitidez, a dimensão ética da vida política.



Jefferson Ruy/Agência Senado

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaLegislativa>



CRE Universidade do Mercosul

9h Na pauta de quatro itens, projeto que cria a Universidade do Mercosul.

SESSÃO ESPECIAL PM de Goiás

9h Homenagem aos 159 anos da Polícia Militar de Goiás.

PLENÁRIO Sessão não deliberativa

11h Sessão de pronunciamentos.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

AUDIÊNCIAS INTERATIVAS



Participe: <http://bit.ly/audienciainterativa>

• Alô Senado: 0800 612211

• Acompanhe: Portal e-Cidadania: senado.leg.br/ecidadania

• Facebook: [senadofederal](https://www.facebook.com/senadofederal) • Twitter: [@agencia_senado](https://twitter.com/agencia_senado)

• TV: senado.leg.br/TV

Avança PEC que proíbe filiação partidária de juizes eleitorais

A proposta, que ainda tem que passar por dois turnos de votação no Plenário, impede que integrantes da Justiça Eleitoral sejam filiados nos dois anos anteriores à posse do cargo ou ao começo do exercício da função

A COMISSÃO DE Constituição e Justiça (CCJ) aprovou ontem proposta de emenda à Constituição que proíbe a filiação partidária de membros da Justiça Eleitoral nos dois anos anteriores à posse no cargo ou ao início do exercício da função (PEC 4/2017).

A proposta segue agora para o Plenário, onde será votada em dois turnos. Para ser aprovada, deve ter o voto favorável de três quintos dos senadores.

O autor da proposta, senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA), alerta para a desconfiança que paira sobre juizes eleitorais que já atuaram como mandatários e representantes de partidos políticos. Para ele, é preciso garantir a imparcialidade nos julgamentos. Por isso, defende que sejam impostos limites, já que esses profissionais serão responsáveis por

resolver as controvérsias eleitorais e partidárias.

— Considero essa PEC da maior importância, porque vai evitar, se aprovada no Plenário e depois na Câmara, que nos tribunais eleitorais os membros não tenham filiação partidária.

Ajustes

No parecer apresentado à CCJ, o relator, senador Ronaldo Caiado (DEM-GO), acrescentou emenda ao texto explicando que a limitação se aplicará aos advogados e cidadãos indicados às juntas eleitorais nos tribunais regionais eleitorais (TREs) e no Tribunal Superior Eleitoral (TSE). O relatório foi lido pelo senador Antonio Anastasia (PSDB-MG).

Compõem o TSE, além de três ministros do STF e de dois ministros do STJ, dois ministros, entre advogados indicados



Anastasia lê o relatório na Comissão de Constituição e Justiça

pelo STF e nomeados pelo presidente da República.

Já os tribunais regionais são formados por sete juizes, sendo dois desembargadores do Tribunal de Justiça dos Estados, dois juizes de direito escolhidos pelo TJ, um magistrado do TRF e dois juizes nomeados pelo presidente da República, entre seis advogados de notável saber jurídico e idoneidade moral indicados pelo TJ, conforme esta-

belece o artigo 120, da Constituição.

— Entendemos que a proposta é medida salutar para a realização de pleito eleitoral mais idôneo, isonômico e impessoal, assegurando-se, assim, a vontade do eleitor — disse o relator.

Para Caiado, se adotada, a proposta “vai fortalecer a credibilidade da democracia brasileira, ao afastar a possibilidade de que pessoas com vínculos partidários exerçam a magistratura eleitoral”.

Imposto menor para aviação será votado semana que vem

Após acordo com os senadores Randolfe Rodrigues (Rede-AP) e Jorge Viana (PT-AC), o presidente do Senado, Eunício Oliveira, adiou para a próxima semana a votação em resolução que unifica a alíquota do ICMS sobre o querosene de aviação (PRS 55/2015). O projeto deverá ser votado na terça ou na quarta-feira.

Randolfe é o autor da proposta, relatada por Viana. Como menos de 70 senadores haviam registrado presença em Plenário, Eunício adiou a votação do texto, que precisa do apoio de pelo menos 54 senadores para ser aprovado.

Para Randolfe, a mudança promovida pelo projeto é fundamental para o Brasil. Ele explicou que a unificação da alíquota do ICMS para o querosene da aviação vai proporcionar o aumento do número de voos no país, beneficiando em especial os estados das Regiões Norte e Nordeste. Além

disso, disse, a aviação regional e as pequenas empresas aéreas poderão aumentar a oferta de serviços.

Viana acrescentou que o Brasil tem atualmente a média de 100 milhões de viajantes por ano, número que já chegou a mais de 120 milhões há alguns anos. Em diálogo com Eduardo Lopes (PRB-RJ), Viana explicou que as atuais alíquotas nos estados vão de 1% a 25% e que o projeto fixa o teto de 12% para a alíquota, o que poderá reduzir os custos das companhias aéreas, permitindo que outros voos sejam criados em todo o país.

— O Brasil tem o combustível mais caro do mundo e estamos pagando a passagem mais cara do mundo — afirmou Viana.

Rose de Freitas (PMDB-ES) também apoiou o projeto por entender que a diminuição da alíquota vai estimular o setor e tornar as passagens aéreas mais acessíveis à população.

Cristovam defende união para superar crises política e econômica

Cristovam Buarque (PPS-DF) pediu ontem em Plenário a união das forças políticas para superar a crise política e econômica. O senador manifestou apoio à investigação do presidente Michel Temer, acusado de corrupção passiva pela Procuradoria-Geral da República, mas disse que considera hipocrisia atribuir a crise brasileira a um governo que



tem pouco mais de um ano. Para Cristovam, a tragédia econômica deixada pela ex-presidente

Dima somou-se à incompetência política de Temer.

— É hora de provocarmos um grande debate. Afinal, somos ou deveríamos ser os líderes deste país. E líder não é apenas para jogar culpa, líder é para encontrar caminhos.

Lindbergh Farias critica postura da Câmara em relação a Michel Temer

Lindbergh Farias (PT-RJ) criticou a postura da Câmara em relação à denúncia da Procuradoria-Geral da República contra o presidente Michel Temer. Para o senador, o Congresso está descolado da realidade do povo. Ele citou pesquisas que apontam que mais de 80% da população quer o afastamento de Temer. Lindbergh também acusou o governo de



comprar votos, com a liberação de emendas e a edição de medidas provisórias.

— São uns canchalhas que estão na Câmara. Há um ano, eles faziam o discurso da ética, ao afastar Dilma Rousseff por causa da edição de decreto.

O senador também criticou as reformas trabalhista e previdenciária, que, para ele, atingem a população mais pobre.

Viana: manutenção do presidente terá custo alto para a população

Jorge Viana (PT-AC) disse que os deputados que votaram para barrar a abertura de processo contra o presidente da República, Michel Temer, no Supremo Tribunal Federal (STF) podem pagar caro nas próximas eleições. A autorização para a abertura do processo, por crime de corrupção passiva, foi negada ontem pela Câmara.

— Acho que estão



fazendo desdém com a opinião pública. A opinião pública não é para ser temida, é para ser respeitada. E hoje a opinião pública brasileira já não aguenta mais os desmandos políticos. Essa política da perversidade, que está afundando com o Brasil e é liderada hoje pelo governo que fez o impeachment, golpe, que desrespeitou os votos — destacou.

Alvaro condena uso do governo para defender interesse particular

Alvaro Dias (Pode-PR) informou que o Podemos recomendou que os deputados do partido votassem pelo acolhimento da denúncia contra o presidente Temer.

Segundo ele, é preciso combater a corrupção e condenar o modelo de governança em que interesses privados são defendidos na esfera pública. Esse modelo, disse, se manifestou recen-



temente de diversas maneiras, como a liberação de dinheiro de emendas parlamentares e com a “demissão” de ministros que são deputados para que votassem contra a denúncia.

Alvaro também defendeu a expulsão da Venezuela do Mercosul. Ele lembrou que 109 pessoas morreram em manifestações contra Maduro.

Gleisi afirma que houve compra de votos e desmonte do Estado

Houve “compra de votos” pelo presidente Michel Temer, segundo Gleisi Hoffmann (PT-PR), para que os deputados não autorizassem a apreciação de denúncia por corrupção, feita pelo Ministério Público contra ele. De acordo com a senadora, há diversas provas para incriminar Temer.

Gleisi citou que, no último ano, mais de 1 milhão de estudantes



universitários deixaram a faculdade. Ela disse que o corte de verbas para as universidades públicas demonstra um pensamento dos tempos do Império, quando só os filhos dos ricos podiam estudar.

— E quando nós defendemos a [ex-presidente] Dilma aqui, nós dizíamos isso: o golpe é para desmontar o Estado e tirar os direitos do povo.

Valdir Raupp defende harmonia entre os Poderes da República

Valdir Raupp (PMDB-RO) disse que está faltando um entendimento maior entre Executivo, Legislativo e Judiciário e quem está pagando a conta é a sociedade.

Desde Cícero, na Roma Antiga, e Montesquieu, na França, lembrou, se fala em freios e contrapesos para impedir que um Poder se sobressaia aos demais. Para Raupp, o modelo é o alicerce de



todas as democracias modernas. Segundo ele, não é a hora de um Poder invadir competências do outro nem de buscar benefícios para si.

— Eu concordo com Montesquieu, eu concordo com Cícero. Em momentos como este, é essencial que permaneçamos fiéis aos princípios republicanos e democráticos mais básicos.

CPI do BNDES é instalada e escolhe presidente e relator

Davi Alcolumbre presidirá a comissão parlamentar de inquérito criada no Senado para apurar denúncias de irregularidades em empréstimos concedidos pelo banco. Roberto Rocha será o relator do colegiado

A CPI DO BNDES foi instalada ontem à noite no Senado. Por aclamação, Davi Alcolumbre (DEM-AP) foi eleito presidente da comissão parlamentar de inquérito. Sérgio Petecão (PSD-AC) será o vice-presidente. A comissão terá 180 dias para concluir os trabalhos.

Davi disse que o colegiado terá um papel fundamental na investigação do mau uso dos recursos do povo brasileiro. O presidente designou Roberto Rocha (PSB-MA), proponente da CPI, como relator.

Rocha afirmou que na próxima semana haverá uma reunião administrativa para a apresentação de um plano de trabalho da comissão. Na

semana seguinte, no dia 15, já haverá reunião para análise de requerimentos.

Petecão ressaltou que muitas CPIs não são produtivas. Porém, ele disse acreditar que a CPI do BNDES será muito importante para o país.

— Precisamos dar uma resposta ao povo brasileiro — afirmou o senador.

A CPI foi criada para investigar denúncias de irregularidades nos empréstimos concedidos pelo BNDES no âmbito do programa de globalização das companhias nacionais. Roberto Rocha pediu atenção especial à linha de crédito para a internacionalização de empresas operada a partir

de 2007. Uma investigação do Tribunal de Contas da União (TCU) estimou em R\$ 711 milhões o prejuízo de uma parceria internacional do BNDES com o grupo JBS, dos irmãos Batista.

A comissão tem 13 membros titulares e 8 suplentes. O Bloco Social Democrata, que congrega PSDB, PV e DEM, ainda precisa indicar os suplentes. Veja abaixo os integrantes da comissão.

Composição

TITULARES

- Airton Sandoval (PMDB-SP)
- Ivo Cassol (PP-RO)
- Elmano Férrer (PTB-PI)
- Sérgio Petecão (PSD-AC)
- João Alberto Souza (PMDB-MA)
- Acir Gurgacz (PDT-RO)
- Ronaldo Caiado (DEM-GO)
- Lindbergh Farias (PT-RJ)
- Davi Alcolumbre (DEM-AP)
- Roberto Rocha (PSB-MA)
- Ricardo Ferraço (PSDB-ES)
- Randolfe Rodrigues (Rede-AP)
- Pedro Chaves (PSC-MS)

SUPLENTES

- Paulo Rocha (PT-PA)
- Waldemir Moka (PMDB-MS)
- Romero Jucá (PMDB-RR)
- Cidinho Santos (PR-MT)
- Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM)
- Gladson Cameli (PP-AC)



Roberto Rocha, Davi Alcolumbre e Sérgio Petecão vão coordenar CPI do BNDES

CLT poderá valer para empregados de embaixadas

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) deverá examinar hoje o projeto que prevê a aplicação da legislação trabalhista brasileira aos empregados de embaixadas, consulados e organismos internacionais com sede no país.

O PLS 423/2012 ainda deverá ser examinado em decisão final pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS). O texto garante a competência da Justiça do Trabalho para processar e julgar dissídios entre embaixadas, consulados e organismos internacionais e seus empregados.

O projeto não contempla agentes diplomáticos estrangeiros em serviço no Brasil, empregados em serviço exclusivo de embaixadas e consulados que não sejam brasileiros nem residentes permanentes no país, os trabalhadores definidos na Convenção de Viena sobre Relações Diplomáticas (promulgada pelo Decreto 56.435/1965) e em compromissos assumidos pelo Brasil em tratados internacionais.

O relator, Antonio Anastasia (PSDB-MG), é favorável à

aprovação da proposta e de duas emendas apresentadas na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

O autor, Paulo Paim (PT-RS), explica que a intenção é apenas transpor para o texto legal normas que a jurisprudência consagrou, no que diz respeito à aplicação das normas trabalhistas brasileiras aos empregados em embaixadas, consulados e organismos internacionais.

Anastasia concorda com a aplicação das normas para as contratações que são feitas em território nacional ou cujos

serviços são prestados no Brasil. Do contrário, observa, haveria mitigação da soberania do Estado brasileiro.

A comissão deverá examinar ainda o Projeto de Decreto Legislativo 103/2017, que aprova o texto do Acordo de Cooperação Educacional entre o Brasil e Granada, assinado em 2010. O relator é Jorge Viana (PT-AC), favorável à proposição, de autoria da CRE. Entre os objetivos, estão o fortalecimento da cooperação na área de educação avançada e a formação e o aperfeiçoamento de docentes e pesquisadores.



Autor do projeto, Paim quer garantir a aplicação da legislação trabalhista

Aprovadas duas indicações para o Conselho do Ministério Público

O Plenário aprovou ontem duas indicações para compor o Conselho Nacional do Ministério Público: o procurador regional do Trabalho Sebastião Vieira Caixeta e o subprocurador-geral de Justiça Militar Marcelo Weitzel Rabello de Souza.

Caixeta ocupará no conselho a vaga destinada ao Ministério Público do Trabalho e Rabello, a vaga reservada ao Ministério Público Militar.

Sebastião Caixeta tornou-se procurador do Ministério Público do Trabalho em 1999 e foi promovido, por merecimento, ao cargo de procurador regional do Tra-

balho em 2016, exercendo a função na Procuradoria Regional do Trabalho da 3ª Região, em Belo Horizonte.

Já Marcelo Weitzel Rabello de Souza ingressou no Ministério Público Militar (MPM) há 25 anos e atuou nas Procuradorias do MPM em Campo Grande, Brasília, Rio de Janeiro, Curitiba, Juiz de Fora (MG), Salvador e Recife. Também foi procurador-geral da Justiça Militar.

Os dois foram sabatinados na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) em maio e tiveram os nomes aprovados por unanimidade.

Senadores confirmam novo embaixador brasileiro no México

O Senado aprovou ontem a indicação do diplomata Mauricio Carvalho Lyrio para a embaixada do Brasil no México. A nomeação contou com 54 votos favoráveis, 2 contrários e 1 abstenção.

Lyrio nasceu no Rio de Janeiro, graduou-se em comunicação social e ingressou no curso preparatório da carreira diplomática em 1993.

Foi chefe da assessoria de imprensa do ministro Celso Amorim no governo do ex-presidente Lula e chefe de gabinete do ex-ministro José Serra, no atual governo. Atualmente, é assessor na Secretaria-Geral. Também serviu nas embaixadas do Brasil em Washington, Buenos Aires e Pequim e atuou na Missão do Brasil junto à Organização das Nações Unidas (ONU) em Nova York.

Ao ser sabatinado pela Comissão de Relações Exteriores em julho, o diplomata disse que as negociações entre Brasil e México para aprofundar o acordo de complementação econômica entre os países continuam em ritmo acelerado.

As negociações serão retomadas na Cidade do México neste mês, dando sequência a reuniões em Brasília em junho. Lyrio destacou a posição oficial brasileira, de efetivar um acordo de livre comércio com o México. Ele observou, porém, que algo tão abrangente sofre resistências, especialmente do setor agrícola mexicano.

Quanto às trocas comerciais, Brasil e México permanecem aquém do potencial. De 2012 a 2016, o intercâmbio comercial caiu 27,2%.

Seguro DPVAT pode passar a ter pagamento parcelado

O Seguro de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Vias Terrestres (DPVAT), que é pago por donos de veículos, pode passar a ser parcelado. É o que prevê o PLC 71/2017, em análise na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), onde está sendo relatado por Telmário Mota (PDT-RR).

O DPVAT indeniza vítimas de acidentes de trânsito em casos de morte e invalidez permanente, além de reembolsar despesas médicas e hospitalares. O texto torna obrigatório o parcelamento, em no mínimo três prestações mensais e iguais, desde que não sejam menores que R\$ 50.

Os boletos serão pagos com as parcelas do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA).

O parcelamento não será obrigatório se o IPVA for pago em parcela única ou se o veículo for isento do tributo. A regra do parcelamento vai valer apenas para pagamentos futuros, não para os vencidos.

Resolução do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP), órgão responsável por fixar as diretrizes e normas dos seguros privados, já permite o parcelamento do DPVAT, mas ele é facultativo, ou seja: cada estado determina como vai exigir o pagamento.

Eunício ouve líderes sobre pauta da segurança pública

Tema será uma das prioridades do Senado no segundo semestre, de acordo com o presidente da Casa. Senadores devem escolher, a partir da semana que vem, os projetos que devem ser votados

O PRESIDENTE DO Senado, Eunício Oliveira, afirmou ontem que vai se reunir com os líderes partidários e demais senadores, a partir da semana que vem, para definir uma pauta prioritária sobre segurança pública.

— Queremos fazer, a partir da semana que vem, uma discussão com o Plenário, com os líderes, sobre a questão da segurança pública. Vamos pegar todos os projetos que estão nas comissões e fazer uma pauta da segurança pública — disse.

Diversos senadores se manifestaram a favor de uma pauta prioritária sobre o tema. Jorge Viana (PT-AC) disse que, ao discutir segurança pública, Eunício aproximará o Senado da opinião pública brasileira. O senador afirmou que o país vive uma enorme insegurança e destacou que há uma ação do crime organizado se deslocando do Rio e de São Paulo para a Região Norte, especialmente para as áreas próximas às fronteiras, para chegar mais perto da produção de drogas.

— Se for perguntado hoje aos brasileiros que tema o Senado deveria não só debater, mas também tomar atitudes em relação a ele, certamente, a questão da insegurança estaria em primeiro lugar ou entre os mais cotados. É muito grave o que nós estamos vivendo — disse.

João Capiberibe (PSB-AP) defendeu a elaboração de uma política nacional de segurança pública para contro-



Plenário deve votar conjunto de propostas sobre o tema até o fim do ano

lar as fronteiras. Ele lembrou que, como as fronteiras são nacionais, as polícias estaduais não têm a formação e o conhecimento necessário para o controle.

Capiberibe destacou a importância da aprovação da PEC 24/2012, que propõe a criação do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Segurança Pública. Ele disse que a medida obrigará a União a interagir com os estados.

— Mais do que recursos, esse fundo criará uma vinculação da União com os estados. Ela vai ser obrigada a ter uma política de segurança pública e interagir com os estados, com os governos estaduais e com as polícias.

Lindbergh Farias (PT-RJ) destacou que há vários projetos prontos para serem votados, entre eles o PLS 239/2016, que altera o Código de Processo Penal (CPP), suprimindo do artigo 292 o auto de resistência. Ele ainda sugeriu que Eunício solicite aos partidos sugestões de projetos para serem votados.

Tema deve ser prioridade no Congresso, diz Rose

A senadora Rose de Freitas (PMDB-ES) afirmou ontem, em discurso no Plenário, que a classe política e o Congresso Nacional devem ter como prioridade a melhoria e o avanço da segurança pública. Ela lamentou mortes recentes de crianças por balas perdidas e disse que o Legislativo tem sido omisso nessa área. Para Rose, a população não se sente segura e não tem sua integridade física garantida. A senadora pediu coesão e força política para tentar remover a insegurança.



Rose de Freitas/Agência Senado

Lopes aprova ação das Forças Armadas no Rio de Janeiro

Eduardo Lopes (PRB-RJ) apoiou a presença das Forças Armadas para garantir a segurança no Rio de Janeiro. A medida, segundo ele, tem a aprovação da maior parte da população.

O aumento da criminalidade, de acordo com o senador, provocou queda no faturamento gerado pelo turismo e prejudica a economia em um momento em que o estado enfrenta grave crise.

— É claro que a violência afugenta o turista. Que turista quer visitar um lugar onde ele vai se sentir inseguro?



Jefferson Rudy/Agência Senado

Plenário inicia discussão sobre polícias penais

O Plenário do Senado fez ontem a primeira sessão de discussão da proposta de emenda à Constituição que transforma a carreira dos agentes penitenciários em carreira policial. A PEC 14/2016 institui as polícias penais estaduais e deverá passar por mais quatro sessões de discussão antes de ser votada em primeiro turno.

A PEC, de Cássio Cunha Lima (PSDB-PB), acrescenta essas polícias ao rol dos órgãos do sistema de segurança pública e determina como competência dessas novas instâncias a segurança dos estabelecimentos penais e a escolta de presos. A intenção do autor, além de igualar os direitos de agentes penitenciários e policiais, é liberar as polícias civis e militares das atividades de guarda e escolta de presos.

Penitenciária

A PEC foi aprovada pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) no fim de maio. O relator, Hélio José (PMDB-DF), apresentou substitutivo em que promove alterações no texto original, como a troca da expressão “polícia penitenciária” para “polícia penal”. Na avaliação do senador, a expressão anterior limitaria seu âmbito a uma das espécies de unidade prisional — as penitenciárias — e seria incompatível com a fiscalização do cumprimento da pena nos casos de liberdade condicional ou penas alternativas.

O substitutivo também vincula cada polícia penal ao respectivo órgão administrador do sistema penal da unidade federativa a que pertencerem e estabelece que as polícias penais serão formadas pelos atuais agentes penitenciários e por novos servidores admitidos por concurso público.

Comissão discute perda de cargo por servidor estável

Projeto que prevê a perda de cargo de servidor público estável em razão da avaliação de desempenho (PLS 116/2017) será debatido em audiência pública na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), solicitada pelo relator, Lasier Martins (PSD-RS), e ainda sem data marcada.

Deverão ser convidados os especialistas em contas públicas José Matias-Pereira, da Universidade de Brasília, Gil Castello Branco, da ONG Contas Abertas, e Raul Velloso, além dos sindicalistas

Petrus Elesbão, do Sindicato dos Servidores do Poder Legislativo Federal e do Tribunal de Contas da União; Helenio Barros, da Federação Nacional dos Trabalhadores do Judiciário Federal e do Ministério Público da União; e Sérgio Ronaldo da Silva, da Confederação dos Trabalhadores do Serviço Público Federal.

De acordo com a assessoria de Lasier, o senador deve apresentar o seu relatório sobre a proposta, que já está adiantado.

Projeto criminaliza a violação de direitos de advogados

Por falta de quorum, a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) adiou a votação do projeto que criminaliza a violação de direitos ou prerrogativas dos advogados. A proposta (PLS 141/2015), de Cássio Cunha Lima (PSDB-PB), altera o Estatuto da Advocacia (Lei 8.906/1994).

Durante a discussão, ontem, Lasier Martins (PSD-RS) fez objeções à discussão do projeto neste momento em que ocorrem investigações da Operação Lava Jato no país. O senador teme a possibilidade de que a lei dificulte a realização de buscas em escritórios de advocacia, já que, segundo ele, a violação do local de trabalho do advogado poderia levar à detenção da autoridade que determinar a busca.

— A matéria é delicada, melindrosa — disse.

Segundo a relatora do projeto na CCJ, Simone Tebet (PMDB-MS), “em momento algum” o projeto visa atingir a

Lava Jato. A intenção do texto, disse ela, é proteger o pequeno advogado.

— Temos o sustentáculo da Associação dos Magistrados Brasileiros, para quem o projeto não está restringindo o exercício da atividade institucional. Eu fui prefeita. Presenciei abuso de autoridade da força policial. Sei como o advogado que não tem nome é tratado diferente, seja no fórum, por alguns serventuários da Justiça, seja na porta da delegacia ou na Polícia Federal.

O texto também disciplina a forma como a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) poderá solicitar instauração de persecução penal pela violação dos direitos dos advogados ou requerer a admissão como assistente do Ministério Público nas ações penais. A proposta também transforma em crime o exercício ilegal da advocacia, que hoje é punível como contravenção.

Requião: intenção de ingressar na OCDE é “jequice”

Roberto Requião (PMDB-PR) criticou a condução da política externa brasileira. Para ele, o Brasil abriu mão do protagonismo entre os países em desenvolvimento e cedeu ao “complexo de vira-lata” diante dos países ricos. O senador considerou “jequice” a intenção de Michel Temer de o Brasil aderir à Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), que reúne as nações mais ricas do mundo.

— Temer é rejeitado pelo povo brasileiro, mas quer as bênçãos dos países ricos às reformas — criticou.



Jefferson Rudy/Agência Senado

Lasier Martins critica apoio do PT a Maduro

Lasier Martins (PSD-RS) protestou contra a escalada da violência na Venezuela.

O senador criticou o apoio do PT, na voz de sua presidente, Gleisi Hoffmann (PR), ao governo de Nicolás Maduro.

— Depois de destruírem a economia da Venezuela, os chavistas sabem que a sua permanência no poder só é possível na ausência total de democracia. A migração desses homens e mulheres massacrados pela mão pesada do governo Maduro, sobretudo para o Brasil, está se intensificando.



Jefferson Rudy/Agência Senado

Guarda provisória em adoções poderá valer até o fim do processo

Hoje a guarda da criança pode ser deferida por tempo determinado e perde a validade, tendo que ser renovada sucessivamente pelos pretendentes à adoção. Projeto aprovado em comissão evita essa dificuldade, estendendo a guarda até sair a sentença

A GUARDA PROVISÓRIA no processo de adoção terá validade até a data da sentença que julga a ação, a menos que haja revogação ou modificação da medida por ato judicial fundamentado. É o que determina projeto de lei aprovado ontem pela Comissão de Direitos Humanos (CDH).

Atualmente a guarda provisória nos processos de adoção pode ser deferida por tempo determinado, definido pelo magistrado, após o qual o termo de guarda perde a validade. Ajudar a reduzir a espera tanto das crianças quanto dos pretendentes à adoção é um dos objetivos do PLS 371/2016, apresentado pelo senador Aécio Neves (PSDB-MG). O texto altera o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA — Lei 8.069/1990).

Para o senador, a perda de validade da guarda antes da sentença causa dificuldade extra às famílias adotantes, pois elas têm que se dirigir à vara em busca da renovação do termo. Aécio ressaltou que a guarda é muito importante, porque é necessária desde a matrícula dos filhos nas escolas até a ida ao hospital, a inclusão como dependentes ou até mesmo para os



Relator da proposta na CDH, Medeiros deu parecer favorável ao texto, de autoria de Aécio Neves

filhos viajarem com os pais.

Relator na CDH, José Medeiros (PSD-MT) apresentou duas emendas de redação ao texto e disse concordar com o autor sobre o mérito da proposta. Segundo Medeiros, a medida representará também economia processual para a Justiça.

O relator afirma que a atual redação do ECA dá ampla liberdade ao magistrado para decretar a guarda provisória

em caráter temporário, sujeitando os adotantes a buscar, sucessivamente, a renovação do termo, “sem o qual não conseguirão prestar a assistência material de que a criança necessita”. Medeiros frisa que isso contribui para congestionar o trabalho das varas judiciais que lidam com essas demandas periódicas.

O texto segue para decisão final na Comissão de Constituição e Justiça.

Adiada votação sobre identificação de alimentos transgênicos

O senador Cidinho Santos (PR-MT) pediu vista do voto em separado apresentado por Regina Sousa (PT-PI) ao projeto de lei que muda as regras para identificação de alimentos transgênicos. Com isso, ficou adiado o exame da proposta (PLC 34/2015), que desobriga os produtores a informar a existência de organismos geneticamente modificados (OGMs) no rótulo dos produtos, se a concentração for inferior a 1% da composição total da mercadoria.

Em reunião ontem na Comissão de Agricultura (CRA), Regina defendeu a rejeição do projeto, do deputado Luís Carlos Heinze (PP-RS), por entender que os alimentos transgênicos podem ser prejudiciais à saúde do consumidor, conforme apontam pesquisas acadêmicas citadas pela senadora no voto em separado apresentado na comissão.

O projeto já havia sido rejeitado na Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT), o que levou Cidinho a apresentar voto favorável à aprovação da proposta na CRA. O projeto ainda será

apreciado pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS) e pela Comissão de Meio Ambiente (CMA).

Cidinho disse ser favorável à identificação de alimentos transgênicos, “mas sem o uso de um símbolo ostensivo que venha a desvalorizar os alimentos produzidos no Brasil e comprometer a competitividade do país”. O projeto troca a letra T em um triângulo amarelo pela informação por escrito no rótulo.

O senador alega ainda que não há comprovação científica dos supostos malefícios causados pelos transgênicos. Regina, por sua vez, disse que a eliminação do símbolo na embalagem dos alimentos significa “remar na contramão”, uma vez que compromete a transparência e prejudica o processo de comunicação com o consumidor.

Funrural

Na mesma reunião, Cidinho Santos disse que o Congresso terá a oportunidade de melhorar a Medida Provisória (MP) 793/2017, que auto-

riza a renegociação de débitos com o Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural (Funrural) e reduz a alíquota da contribuição a partir de 1º de janeiro de 2018.

Já o presidente da CRA, senador Ivo Cassol (PP-RO), disse ser contrário a qualquer iniciativa que venha a prejudicar o produtor rural. A MP será analisada por uma comissão mista. Se aprovada no colegiado, a proposta ainda será votada nos Plenários da Câmara e do Senado.

Funrural é o nome popular para a contribuição paga à Previdência Social pelos produtores rurais pessoa física que empregam trabalhadores. A alíquota incide sobre a receita bruta decorrente da comercialização. Em 2011, o Supremo Tribunal Federal (STF) considerou a contribuição inconstitucional. Em março passado, em novo julgamento, o STF mudou o entendimento e autorizou a cobrança.

A edição da medida provisória já era aguardada desde a decisão do STF.

Vanessa cobra MP da reforma trabalhista

Já se passaram 20 dias desde a sanção da reforma trabalhista, destacou Vanessa Grazziotin (PCdo-AM). A senadora lembrou que até agora, o presidente



Jefferson Rucy/Agência Senado

Temer ainda não encaminhou ao Congresso a medida provisória que iria corrigir os pontos polêmicos da reforma, conforme havia prometido.

— Temer deve isso não apenas aos senadores, mas a toda a sociedade. Veto não houve nenhum. Mas estamos aguardando que tudo seja corrigido através de medida provisória. Queremos que não seja permitido o trabalho de gestantes em lugares insalubres.

Paim defende criação do Estatuto do Trabalho

O senador Paulo Paim (PT-RS) defendeu a criação de um Estatuto do Trabalho.

O texto, disse, é uma alternativa às leis trabalhistas atuais, modificadas pela reforma trabalhista.

Para o senador, é preciso propor novas leis que harmonizem os direitos dos trabalhadores e dos patrões, “sem pesar só para o lado mais forte da balança”.

— O Estatuto do Trabalho que estamos propondo vem com a lógica de uma nova carta trabalhista e social, com direitos e benefícios para empregados e empregadores — afirmou.

A proposta será debatida por uma subcomissão do Senado.

Cameli diz que mudança na CLT criará empregos

Gladson Cameli (PP-AC) justificou o seu voto favorável à reforma trabalhista, afirmando que as novas regras vão modernizar uma legislação que remontava ao modo de vida da sociedade brasileira em meados do século passado.



Jefferson Rucy/Agência Senado

O senador ressaltou o crescimento do desemprego e afirmou que novas oportunidades devem surgir.

— Entre as mudanças que entrarão em vigor, estão a primazia de acordos coletivos, o parcelamento de férias em até três períodos, a flexibilização de jornada diária e a regulamentação do trabalho a distância — disse.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Eunício Oliveira
Primeiro-vice-presidente: Cássio Cunha Lima
Segundo-vice-presidente: João Alberto Souza
Primeiro-secretário: José Pimentel
Segundo-secretário: Gladson Cameli
Terceiro-secretário: Antonio Carlos Valadares
Quarto-secretário: Zeze Perrella
Suplentes de secretário: Eduardo Amorim, Sérgio Petecão, Davi Alcolumbre e Cidinho Santos

Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira
Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Angela Brandão
Coordenadora-geral: Ana Lucia Romero Novelli
Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Flávio Faria
Coordenador-geral: Silvío Burle
Coordenador de Edição: Mikhail Lopes
Coordenação de Cobertura: Paola Lima
Serviço de Reportagem: Sheyla Assunção
Serviço de Fotografia: Leonardo Alves Sá
Serviço de Arte: Bruno Bazílio

Jornal do Senado

Editor-chefe: Marcio Maturana

Edição e revisão: Cintia Sasse, Fernanda Vidigal, Joseana Paganine, Juliana Steck, Maurício Müller, Pedro Pincer, Ricardo Westin, Tatiana Beltrão e Thâmara Brasil

Diagramação: Beto Alvim, Claudio Portella e Ronaldo Alves

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria de Comunicação Social e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)

Avança mais isenção de IPI para Amazônia Ocidental

Comissão de Desenvolvimento Regional aprovou proposta que estende a isenção do imposto aos produtos elaborados a partir de matérias-primas de diversos setores, como mineração e reciclagem

TODOS OS PRODUTOS elaborados na Amazônia Ocidental com matérias-primas da região podem ficar isentos do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI). É o que determina o Projeto de Lei do Senado (PLS) 210/2010, aprovado ontem pela Comissão de Desenvolvimento Regional (CDR). O projeto segue para a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), onde recebe decisão terminativa.

A Amazônia Ocidental é formada pelos estados do Amazonas, Acre, Rondônia e Roraima. Atualmente, a isenção vale apenas para produtos que usam matéria-prima agrícola e extrativa vegetal.

De acordo com o autor do texto, Acir Gurgacz (PDT-RO), as regras afetam o desenvolvimento da Amazônia, que deixa de aproveitar as potencialidades de segmentos como o agrossilvopastoril, agroindustrial, minerador, bioindustrial e de reciclagem de resíduos.

Nesse contexto, a região é induzida a exportar apenas produtos primários, que serão matéria-prima para a indústria em outras regiões e, muitas vezes, retornarão à própria Amazônia Ocidental como produtos acabados e livres de



Presidente da CDR, Fátima Bezerra dirige a reunião que aprovou a proposta

IPI. O senador explica que são oferecidos benefícios fiscais a produtos de outras regiões do país destinados ao consumo na Amazônia Ocidental, como forma de compensar o alto custo de transporte por longas distâncias.

Para o relator, Sérgio Petecão (PSD-AC), foge à racionalidade o fato de que uma empresa localizada em outro ponto do território nacional adquira matérias-primas da Amazônia Ocidental e exporte os produtos processados com isenção do IPI para a mesma região, enquanto as empresas locais que industrializem a mesma matéria-prima sejam obrigadas a pagar o tributo.

— Isso é a própria negação da diretriz constitucional que

preconiza a correção das desigualdades regionais.

Logística

Também foi aprovada a realização de seminário, em Cuiabá, no próximo dia 7, sobre o futuro da logística na região e o que deve ser feito para melhorá-la, proposto por Wellington Fagundes (PR-MT)

A presidente da CDR, Fátima Bezerra (PT-RN), anunciou nova data para a audiência pública com o ministro da Integração Regional, Helder Barbalho. No próximo dia 23, ele comparecerá ao Senado para esclarecer pontos como o cronograma e o orçamento para a conclusão das obras da transposição do Rio São Francisco.

Adiada votação de proposta sobre desinvestimentos da Petrobras

A votação da proposta de fiscalização e controle de Lindbergh Farias (PT-RJ) do plano de desinvestimentos da Petrobras foi adiada ontem na Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor (CTFC), por pedido de vista de Ricardo Ferraço (PSDB-ES).

As divergências quanto ao encaminhamento da PFS 2/2016 surgiram com a apresentação do relatório de Flexa Ribeiro (PSDB-PA). O relator sugeriu transformar a proposta de fiscalização do Senado sobre o Plano de Negócios e Gestão 2017-2021 da estatal em requerimento de informações ao Ministério de Minas e Energia sobre o plano de desinvestimentos da Petrobras.

“Alguns dos questionamentos levantados na PFS 2/2016 foram respondidos pela Petrobras em nota técnica de agosto de 2016. Muitos dos questionamentos permanecem, contudo, sem uma resposta satisfatória. Como o TCU já vem exercendo regularmente sua atividade de

controle sobre o Programa de Desinvestimentos da Petrobras, consideramos mais conveniente transformar a proposta”, justificou o relator.

Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) apresentou voto em separado. A senadora observou que a Petrobras “já é alvo de investigações profundas”, lamentando a possibilidade de o Senado “abrir mão de exercer sua atribuição de fiscalizar e controlar atos do poder público.”

Ferraço sugeriu ao relator que também envie as indagações sobre o plano de desinvestimentos da Petrobras ao Tribunal de Contas da União (TCU). João Capiberibe (PSB-AP) considerou que “uma coisa não exclui a outra”.

— Não há porque deixar de fiscalizar o que é função dessa comissão, nem anular um pedido de informação.

Ele solicitou ainda da Petrobras informações sobre o lucro líquido obtido nos últimos cinco anos das empresas ligadas à estatal que poderão ser vendidas.

Valadares sugere medidas contra crise em Sergipe

Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) defendeu a instalação de um foro permanente que contribua para a construção de um novo projeto de desenvolvimento para Sergipe. Para o senador, a iniciativa é essencial diante da crise fiscal do estado, que prejudica investimentos e deteriora as condições de vida da população.

Valadares citou um estudo da Universidade Federal de Sergipe que revela que o PIB do estado caiu 10% nos últimos dois anos; que o desemprego chegou a 15%; que diminuiu o número de casas com acesso a coleta de lixo, tratamento de esgoto e água tratada; e que houve aumento da violência. O senador considera que é preciso promover um rigoroso ajuste fiscal, com corte de gastos e do número de secretarias e de cargos comissionados.



Jefferson Rudy/Agência Senado

Comissão Senado do Futuro vai debater logística em Mato Grosso

A Comissão Senado do Futuro vai promover seminário em Cuiabá, na segunda-feira, intitulado “O futuro da logística de Mato Grosso: perspectivas e cenários”. A proposta de realização do encontro, apresentada por Wellington Fagundes (PR-MT), foi aprovada ontem.

O senador ressaltou que as principais entidades e órgãos do estado ligados diretamente ao tema foram convidados para o debate. Para Wellington, é preciso discutir alternativas, perspectivas e cenários para planejar. O objetivo do seminário, segundo o senador, é alertar e buscar soluções para Mato Grosso.

Condomínios

Também será feita audiência sobre o futuro dos condomínios no Brasil. O requerimento é de Hélio José (PMDB-DF), que preside o colegiado.

Roberto Muniz (PP-BA) afirmou que a discussão a respeito dos condomínios é um “debate difícil” porque

habilidades à tarifa social de energia terão de permitir a instalação dos equipamentos de captação da energia solar em suas residências para continuar tendo acesso ao benefício.

A proposta também proíbe que esses consumidores reivindiquem qualquer compensação das distribuidoras pela instalação das placas de energia fotovoltaica em suas casas.

Na justificativa do PLS 277/2015, Wilder apontou o alto custo dos equipamentos de captação de energia solar como obstáculo a expansão do uso dessa fonte de energia. Segundo estudo da Empresa de Pesquisa Energética, citado por ele, as residências brasileiras teriam condições de gerar, em média, 230% da energia elétrica por elas consumidas, mediante a instalação de painéis fotovoltaicos em seus telhados.

Sem entrar no mérito do projeto, a ser analisado pela CI, o relator, Sérgio Petecão (PSD-AC), recomendou a aprovação da proposta e tratou apenas de apresentar uma emenda para deixar claro que a autorização da Aneel para distribuidoras gerarem energia solar tem prazo definido e limitado: cinco anos. Sua intenção era “evitar interpretações incongruentes com os reais objetivos do projeto.”

Distribuidora pode ter permissão para gerar energia elétrica

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) aprovou ontem projeto de lei de Wilder Moraes (PP-GO) que permite às empresas distribuidoras de energia gerar energia elétrica de fonte solar (PLS 277/2015). O projeto segue para a Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI), que dará a decisão final sobre a matéria, antes que ela siga para a Câmara dos Deputados.

O PLS 277/2015 estabelece outras condicionantes para a geração de energia elétrica pelas distribuidoras. As empresas concessionárias, permissionárias e autorizadas desse serviço deverão manifestar essa intenção, uma única vez, junto à Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel).

A geração de energia solar deverá se dar com a compra e instalação pela empresa — com recursos das tarifas de suprimento — de placas fotovoltaicas nos telhados das unidades consumidoras. Essa atuação terá caráter excepcional e prazo determinado para durar: cinco anos, contados da negociação da empresa junto à Aneel.

Tarifa social

Pelo projeto, a energia solar gerada pelas distribuidoras vai alimentar apenas a sua rede elétrica. As unidades consumidoras de baixa renda

Ministro defende melhor gestão para compensar perda de verba do SUS

Em audiência pública na Comissão de Assuntos Sociais, Ricardo Barros explicou como a pasta tem driblado a falta de recursos

PARA SUPRIR A falta de recursos orçamentários, o Ministério da Saúde está buscando melhorar a qualidade dos gastos do Sistema Único de Saúde (SUS), afirmou o ministro da pasta, Ricardo Barros, aos senadores que participaram ontem de uma audiência pública na Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

Barros disse que desde que assumiu o ministério, em maio do ano passado, os investimentos na atenção básica e em serviços de média e alta complexidade aumentaram, graças a uma economia superior a R\$ 3,5 bilhões feita com a renegociação de contratos de serviços e a compra de medicamentos.

No período, cerca de R\$ 2 bilhões a mais foram direcionados à atenção básica e R\$ 1,5 bilhão para o custeio de unidades de pronto atendimento (UPAs) e à ampliação de serviços de média e alta complexidade.

A economia permitiu aumentar também a compra de medicamentos e ambulâncias, além de garantir o funcionamento de 162 UPAs, afirmou.



Ministro Ricardo Barros participa de audiência pública na Comissão de Assuntos Sociais, presidida por Marta Suplicy

Ainda de acordo com o ministro, mais de 7 mil obras, no valor total de R\$ 2,2 bilhões, estão em execução no país com recursos do governo federal.

Prontuário eletrônico

Ricardo Barros também garantiu que 100% das unidades básicas de saúde estarão

informatizadas até o final de 2018, o que vai permitir que todos os brasileiros tenham um prontuário eletrônico.

— Já temos um aplicativo do e-Saúde que permite ao cidadão controlar todas as informações sobre sua saúde — disse.

Segundo o ministro, a universalização do prontuário

eletrônico deverá proporcionar uma economia aos cofres públicos de R\$ 20 bilhões ao ano. Os recursos, de acordo com ele, poderão ser deslocados para outros atendimentos diretos à população, além de tornarem mais eficiente a prestação de serviços.

Em resposta ao senador Eduardo Amorim (PSDB-SE), o ministro disse que o trabalho dos agentes de saúde também será informatizado, com o fornecimento de tablets e smartphones.

Investimentos

Ricardo Barros também afirmou que os investimentos anuais na saúde pública, somados os recursos da União, dos estados e dos municípios são de aproximadamente R\$ 246 bilhões.

Na área privada, o montante atinge R\$ 270 bilhões. Esse total equivale a cerca de 8% do produto interno bruto (PIB) brasileiro.

Judicialização

Outra prioridade do Ministério da Saúde, disse o ministro, é pôr em prática um acordo firmado com o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) para diminuir o impacto da judicialização na compra de medicamentos destinados a usuários do Sistema Único de Saúde.

A judicialização, segundo Ricardo Barros, custa para o SUS mais de R\$ 7 bilhões por ano.

Um dos principais pontos do acordo entre o ministério e o CNJ é a elaboração de uma base de dados gerenciada pelo Hospital Sírio-Libanês que deverá ser consultada por juízes na hora de definirem suas sentenças.

Telmário pede recursos para saúde de Roraima

Telmário Mota (PTB-RR) criticou o governo federal por não liberar o dinheiro da emenda da



bancada do estado para a saúde, como fez para o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes.

Segundo ele, a situação é urgente, especialmente com a chegada de venezuelanos, que entram no Brasil por Roraima e ocupam 40% dos leitos do Hospital Geral em Boa Vista, além dos altos índices de casos de febre chikungunha, zika e dengue, tanto na capital como em todo o estado, por falta de combate a essas doenças.

Humberto critica possível saída da Hemobrás de PE

Humberto Costa (PT-PE) condenou uma possível transferência, de Pernambuco para o Paraná,



de uma fábrica da Hemobrás, empresa pública de biotecnologia que vai produzir derivados de sangue.

A iniciativa do Ministério da Saúde, disse o senador, atenderá aos interesses do ministro Ricardo Barros, cujo reduto eleitoral, a cidade de Maringá (PR), poderá ser o novo local do empreendimento.

— Técnica e legalmente, essa ideia maluca do governo golpista não se sustenta.

Lídice: reformas são prejudiciais à população

A reforma da Previdência vai prejudicar a população, principalmente a mais pobre, disse Lídice da



Mata (PSB-BA). A senadora criticou também a reforma trabalhista.

De acordo com ela, mulheres e trabalhadores rurais terão que trabalhar mais e a contribuir o dobro do tempo previsto atualmente para se aposentar.

— A crise econômica se agrava a cada dia, e muitas das medidas anunciadas como salvadoras não conseguiram causar impacto na economia.

Senadores questionam fim de farmácias populares

Na audiência na Comissão de Assuntos Sociais, o ministro Ricardo Barros afirmou que o Programa Mais Médicos passará a contar com a participação maior de profissionais brasileiros, que hoje representam um terço do total de participantes.

Em resposta à senadora Lídice da Mata (PSB-BA), Barros disse que o programa está desfalcado em cerca de 3 mil médicos devido ao fato de vários profissionais cubanos terem entrado na Justiça pedindo para não retornar a Cuba ou para receber seus salários diretamente do governo brasileiro, sem a intermediação da instituição cubana que contrata e paga os profissionais, depois de receber os recursos do Brasil.

Devido a esses processos, que já passam de 80, o governo cubano suspendeu o envio de médicos para o Brasil.

Hemobrás

O senador Humberto Costa (PT-PE) criticou a proposta de transferência de parte da Empresa Brasileira de Hemoderivados

e Biotecnologia (Hemobrás) de Goiana (PE) para Magingá (PA). O senador acredita que a medida terá um impacto negativo no desenvolvimento da Zona da Mata pernambucana, além de esvaziar um investimento que já consumiu mais de R\$ 1 bilhão.

De acordo com Ricardo Barros, a parceria privada que está sendo negociada com a transferência de estados vai garantir mais recursos para a conclusão das obras.

O ministro, que é do Paraná, disse que não há direcionamento na negociação e que, se apresentadas outras propostas, o ministério não interferirá.

Barros afirmou que a nova unidade da Hemobras possibilitará o incremento da produção nacional de hemoderivados, mas garantiu que continua aberto a negociações sobre o assunto com a bancada de Pernambuco no Congresso Nacional.

Para Humberto Costa, o ministério deveria se posicionar em prol do polo pernambucano, ligado ao projeto de desenvolvimen-

to da Região Nordeste. O senador Armando Monteiro (PSB-PE) disse que o ministério deve assegurar que as empresas concorram em condições de igualdade, com o oferecimento de condições semelhantes para que outros parceiros privados entrem no jogo.

Medicamentos

Respondendo a um questionamento de Humberto Costa, o ministro disse que a decisão de fechar as 460 farmácias populares foi motivada pela necessidade de corte e redirecionamento de gastos.

Segundo o ministro, a medida vai garantir mais R\$ 80 milhões por ano para a compra de medicamentos por meio das 34 mil farmácias conveniadas. Humberto não concordou:

— É uma balela dizer que, com a transferência de recursos para os municípios, vai se conseguir comprar o mesmo número de itens porque o que faz a Farmácia Popular ser viável é justamente a capacidade de compra centralizada por parte do Ministério da Saúde.